



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO DISTRITO FEDERAL
PERÍODO 2016-2018
(13ª REVISÃO)

LEI Nº 9.496, DE 11/09/97
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 68/99
CONTRATO Nº 003/99 STN/COAFI, DE 29/07/99
ENTRE A UNIÃO E O DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA-DF, 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a 13ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Distrito Federal, parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 003/99 STN/COAFI (Contrato), de 29 de julho de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 68/99. O Programa dá cumprimento ao disposto nas cláusulas décima quinta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2016 a 2018.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Distrito Federal; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Distrito Federal; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Distrito Federal em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Distrito Federal.



1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL

4. Ao final de 2015, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 4.231 milhões, sendo R\$ 3.150 milhões (74,4%) de contratos internos e R\$ 1.026 milhões (24,3%) de recursos externos. Do montante da Dívida Interna, R\$ 1.280 milhões refere-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97. O estoque de precatórios em 31 de agosto de 2016, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal, foi de R\$ 3.471 milhões.
5. A relação anual Dívida / Receita Líquida Real – RLR em 2015 apresentou-se em 0,26 demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento, desde o refinanciamento de sua dívida com a União em 1999.
6. A manutenção desse indicador (Dívida/RLR) abaixo do teto da meta ocorreu mesmo com o acréscimo nos estoques da Dívida Interna e Externa, haja vista o crescimento da Receita Líquida Real do Distrito Federal no exercício, aliado à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF.
7. Em 2015, o volume de liberações de operações de crédito superou os anos de 2013 e 2014 (R\$ 190 e R\$ 488 milhões) alcançando o valor R\$ 581 milhões.
8. Nos contratos internos ocorreram liberações da Caixa Econômica Federal (R\$ 67 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 491 milhões). Já em relação aos contratos externos, houve liberação no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de R\$ 23 milhões.
9. Ainda, em 2015, foi assinado um novo contrato, junto ao Banco do Brasil: Mobilidade Integrada – Asfalto Novo – Calçadas – Ciclovias.
10. Em 2015, o resultado primário do Distrito Federal apresentou-se deficitário em R\$ 1.472 milhões. Ainda que o resultado primário não tenha sido alcançado ao estabelecido na meta do programa (déficit de R\$ 1.173 milhões), o Distrito Federal não gerou atrasos/deficiências.
11. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram em 2015 a soma de R\$ 10.842 milhões, com um percentual 64,19% da Receita Corrente Líquida – RCL anual (R\$ 16.891 milhões), acima do limite estabelecido.
12. Comparativamente ao exercício de 2014 (R\$ 9.101 milhões), as despesas com Pessoal aumentaram em virtude de recomposição salarial dos servidores no primeiro semestre, bem como pela nomeação de concursados para os diversos segmentos da administração.
13. Ressalta-se, ainda, que o crescimento vegetativo da folha salarial do GDF está estimado em 3,6% ao ano. Esse crescimento corresponde às progressões entre padrões, promoções entre classes, anuênios, e outras gratificações que evoluem proporcionalmente ao tempo de serviço do servidor.
14. Do total gasto com Pessoal foram desconsideradas as despesas com inativos e pensionistas, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF em 2009 (Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008).
15. A receita bruta (R\$ 16.879 milhões) apresentou um acréscimo de R\$ 656 milhões, quando comparada a 2014 (R\$ 16.223 milhões), crescimento nominal de 4,0 %.
16. A receita de origem tributária do Distrito Federal em 2015 atingiu o montante de R\$ 10.293 milhões, crescimento nominal de 2,3%, quando comparado a 2014 (R\$ 10.054 milhões).
17. Com relação ao desempenho da arrecadação no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014, foram obtidos acréscimos significativos na Dívida Ativa, fruto do programa de recuperação de créditos – REFIS; no ITCD, decorrente do acréscimo da cobrança sobre doações aliada ao REFIS; e IPVA, devido ao acréscimo da frota de veículos tributáveis.



18. Em 2015 às receitas de capital atingiram o montante de R\$ 744 milhões, quando comparada ao comparada exercício anterior (R\$ 977 milhões), houve redução de 23,8%.
19. Em 2015, as receitas próprias não tributárias (R\$ 1.874 milhões) obtiveram participação de 15,4% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, apresentando crescimento nominal de 32,8%, em relação ao exercício a 2014 (R\$ 1.411 milhões).
20. Realizou dispêndios com “Outras Despesas Correntes” com índice de 42,93% em relação à Receita Líquida Real-RLR do exercício (2015), abaixo dos 43,51% da RLR definido na meta para aquele ano.
21. Os investimentos e as inversões financeiras em 2015 totalizaram R\$ 620 milhões, mantendo a relação Investimento e Inversões / RLR em 4,0%, bem abaixo quando comparado aos exercícios de 2013 e 2014, essas despesas somaram R\$ 2.039 milhões e R\$ 2.075 milhões, valores que corresponderam a 15,5 % e 14,5 % da RLR, nos respectivos exercícios.
22. As despesas com inversões financeiras em 2015 foram compostas basicamente com a constituição ou aumento de capital de empresas (R\$ 74 milhões), bem como da continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, no montante de R\$ 7 milhões.



2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

23. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Distrito Federal com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Distrito Federal em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Distrito Federal voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
24. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Distrito Federal são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Distrito Federal dará sequência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.



3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

25. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Distrito Federal (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Distrito Federal não liquidar o referido refinanciamento.
26. Os índices referentes à relação D/RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Distrito Federal, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2015; o superior considera também os valores correspondentes ao ingresso das receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes. A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior não significa anuência prévia da STN, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2016	2017	2018
(628)	(1.159)	(1.098)

27. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Distrito Federal se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Distrito Federal se compromete a não gerar atrasos / deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DESPESAS COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %		
2016	2017	2018
60,00	60,00	60,00

28. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), todas as fontes, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 57,96%, 53,36% e 52,60% em 2016, 2017 e 2018, respectivamente.
29. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

30. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Distrito Federal deverá:

- implementar o cadastramento e verificação de conformidade da folha;
- implantar novo sistema corporativo de gestão de pessoas; e
- cadastrar as entidades consignatárias.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2016	2017	2018
13.218	14.464	15.470

31. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções distritais para as receitas discriminadas no TET.

32. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Distrito Federal deverá:

- implementar a cobrança do ICMS devido pelas aquisições interestaduais realizadas por consumidores do DF;
- monitorar constantemente o comportamento dos contribuintes, por meio do Malha-DF e do acompanhamento dos segmentos relevantes em termos de arrecadação;
- realizar auditorias em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias;
- adquirir sistema para mineração de dados;
- ampliar o protesto de débitos da Dívida Ativa, com envio sistemático dos débitos inscritos para os Cartórios de Protesto;
- manter o Rito Especial de Cobrança atualizado, com inscrição ágil na dívida ativa dos débitos declarados e não pagos;
- revisar a base de cálculo do IPTU, TLP, ITBI e ITCD, com atualização das áreas construídas e dos valores venais; e
- cobrar o ITCD com a utilização dos dados da Receita Federal do Brasil.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

33. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. Ampliar a estrutura técnico-institucional no âmbito do Poder Executivo Distrital para realizar a adequada gestão contábil, de forma a possibilitar:
 - ✓ a observância integral às normas contidas na edição vigente do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP nos prazos previstos nos arts. 11 a 13 da Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013;



- ✓ a coordenação de Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Distrito Federal – GTCN – destinado a manter diálogo permanente com os responsáveis pela gestão contábil dos órgãos e entidades distritais, de forma a reduzir divergências e duplicidades em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a identificação, avaliação e o registro dos bens do ativo imobilizado e intangível do Distrito Federal;
 - ✓ a elaboração e a observância de um plano de ação visando a integração do sistema contábil com os sistemas tributário, arrecadação, gestão da dívida ativa, patrimônio, gestão de pessoas, gestão de contratos, previdência, gestão de fornecedores e demais sistemas que possuem relação com os registros contábeis, de forma a garantir a tempestividade e integridade do registro contábil;
 - ✓ o envio das contas anuais previstas no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, no padrão definido em normativo da Secretaria do Tesouro Nacional;
 - ✓ a observância dos padrões mínimos de qualidade para o sistema integrado de administração financeira e controle estabelecidos pelo Poder Executivo da União por meio do Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010 nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
 - ✓ a observância das regras e procedimentos constantes da edição vigente do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF;
 - ✓ a observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T SP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;
 - ✓ a atualização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme publicações anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e
 - ✓ a observância às regras de contabilização do RPPS, conforme orientações conjuntas da STN e do Ministério da Previdência Social – MPS.
- b. manter atualizado SICONFI, de acordo com os normativos vigentes.
- c. implementar sistema de custos que:
- I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
 - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública distrital; e
 - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
- d. limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 43,65% em 2016, 43,38% em 2017 e 43,00% em 2018, conforme o Anexo I;
- e. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- f. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, conforme Decreto nº 36.879, de 17 de novembro de 2015;
- g. encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas, de acordo com o §1º do art. 16 do Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015; e



- h. divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2016	2017	2018
5,20	12,82	13,21

34. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos e inversões aos percentuais da RLR indicados acima.
35. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.



4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

36. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Distrito Federal manter interlocução com a STN por meio de remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET e no Programa de Trabalho.
37. A avaliação preliminar do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente até 30 de junho, conforme metodologia e critérios estabelecidos no TET.
38. Em 2017, o Distrito Federal poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2017-2019, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
39. Em 2018, o Distrito Federal deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2018-2020. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Distrito Federal. O Distrito Federal entende que a não revisão do Programa em 2018 equivale ao descumprimento das seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
40. O Distrito Federal entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima sexta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
41. O Distrito Federal autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
42. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Distrito Federal subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Distrito Federal de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Brasília-DF, 20 de dezembro de 2016.


RODRIGO ROLLEMBERG
Governador do Distrito Federal

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO I - PLANILHA GERENCIAL

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2013 A 2015: REALIZADO

2016 A 2018: PROJETADO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES						% RECEITA LÍQUIDA REAL					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2013	2014	2015	2016	2017	2018
I - RECEITA BRUTA	14.933	16.223	16.879	18.095	19.760	21.001	113,93	113,53	110,95	111,04	110,78	110,65
Receitas de Transferências	4.115	4.758	4.712	4.877	5.296	5.531	31,40	33,30	30,97	29,93	29,69	29,14
FPE	460	501	527	558	590	607	3,51	3,51	3,47	3,43	3,31	3,20
Outras	3.655	4.257	4.185	4.318	4.706	4.924	27,89	29,79	27,51	26,50	26,38	25,94
Receitas de Arrecadação Própria	10.818	11.465	12.167	13.218	14.464	15.470	82,53	80,23	79,98	81,11	81,09	81,51
ICMS	6.263	6.853	6.821	7.397	8.167	8.764	47,79	47,96	44,84	45,39	45,79	46,17
Outras	4.554	4.611	5.346	5.822	6.297	6.706	34,75	32,27	35,14	35,72	35,30	35,33
II - DESPESA COM TRANSF A MUNICÍPIOS	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - RECEITA LÍQUIDA (I - II)	14.933	16.223	16.879	18.095	19.760	21.001	113,93	113,53	110,95	111,04	110,78	110,65
IV - DESPESA NÃO FINANCEIRA	15.879	18.499	18.351	18.723	20.919	22.100	121,15	129,46	120,63	114,89	117,28	116,44
Pessoal	7.554	9.101	10.842	10.441	10.557	11.062	57,63	63,69	71,26	64,07	59,18	58,28
Executivo (Adm Direta)	5.552	6.509	6.196	6.293	6.733	7.070	42,36	45,55	40,73	38,61	37,75	37,25
Executivo (Adm Indireta)	832	1.118	1.190	1.175	1.234	1.298	6,35	7,83	7,82	7,21	6,92	6,84
Demais Poderes	367	402	449	461	491	516	2,80	2,81	2,95	2,83	2,75	2,72
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	802	1.071	3.006	2.512	2.099	2.178	6,12	7,50	19,76	15,41	11,77	11,47
OCC	8.325	9.399	7.510	8.282	10.363	11.038	63,51	65,77	49,36	50,82	58,10	58,15
Investimentos	1.763	1.795	539	778	2.216	2.433	13,45	12,56	3,54	4,77	12,42	12,82
Inversões	276	280	81	70	71	75	2,11	1,96	0,53	0,43	0,40	0,40
Outras Despesas Correntes	6.046	6.981	6.532	7.114	7.739	8.161	46,13	48,85	42,93	43,65	43,38	43,00
Sentenças Judiciais	240	343	358	321	337	369	1,83	2,40	2,35	1,97	1,89	1,94
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	-946	-2.277	-1.472	-628	-1.159	-1.098	-7,22	-15,93	-9,68	-3,85	-6,50	-5,79
VI - Juros da dívida (líquido devido)	-23	-48	55	21	93	193	-0,17	-0,34	0,36	0,13	0,52	1,02
Intralimite	75	76	77	17	20	46	0,57	0,53	0,50	0,10	0,11	0,24
Extralimite (deduzidas de Rec Financeiras)	-98	-124	-22	4	73	148	-0,75	-0,87	-0,14	0,03	0,41	0,78
VII - Necessidade Financiamento Líquida (-V + VI)	923	2.228	1.527	649	1.252	1.292	7,04	15,59	10,04	3,98	7,02	6,81
VIII - Amortizações de Dívida	166	188	239	255	292	444	1,26	1,31	1,57	1,56	1,64	2,34
Intralimite	58	65	56	27	9	16	0,45	0,46	0,37	0,17	0,05	0,09
Extralimite	107	122	183	228	284	428	0,82	0,86	1,20	1,40	1,59	2,25
Conta gráfica	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ Saneamento Bancos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	107	122	183	228	284	428	0,82	0,86	1,20	1,40	1,59	2,25
IX - Capitalização de Fundos Previdenciários	0	0	-1.201	-494	0	0	0,00	0,00	-7,89	-3,03	0,00	0,00
X - Nec Financ Bruta (VII + VIII + IX)	1.089	2.416	565	411	1.545	1.736	8,31	16,91	3,71	2,52	8,66	9,15
XI - Fontes de Financiamento	199	495	581	411	1.663	1.832	1,52	3,47	3,82	2,52	9,32	9,65
Alienação de Ativos deduz Aquis Títulos Crédito	9	7	1	12	2	2	0,07	0,05	0,00	0,07	0,01	0,01
Operações de Crédito	190	488	581	399	1.661	1.829	1,45	3,41	3,82	2,45	9,31	9,64
Internas	181	461	558	324	1.445	1.516	1,38	3,23	3,67	1,99	8,10	7,99
d/q Financ Saneam Boos Estaduais	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externas	9	27	23	75	216	313	0,07	0,19	0,15	0,46	1,21	1,65
d/q Liberação Saneam. Financ. Op. Créd.	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XII - Atrasos/Deficiência (X - XI)	889	1.921	-16	0	-119	-96	6,79	13,44	-0,11	0,00	-0,66	-0,50
Serviço da Dívida Total (Bruto)	326	371	469	449	575	846	2,49	2,59	3,08	2,76	3,23	4,46
Receitas Financeiras	183	231	175	173	190	209	1,40	1,62	1,15	1,06	1,07	1,10
Serviço da Dívida Total (Líquido de Rec Financeiras)	143	139	294	276	385	637	1,09	0,97	1,93	1,70	2,16	3,36
Serviço da Dívida Intralimite	134	141	133	45	29	62	1,02	0,99	0,87	0,27	0,16	0,33
Serviço da Dívida Extralimite	9	-2	161	232	356	575	0,07	-0,01	1,06	1,42	2,00	3,03
Receita Líquida Real-RLR	13.107	14.290	15.213	16.296	17.837	18.980						
Receita Corrente Líquida (Fonte Tesouro)	14.866	15.972	16.891	18.014	19.782	21.030						
Despesa com Pessoal / RCL (Fonte Tesouro) %	51,51	56,98	64,19	57,96	53,36	52,60						
Despesa com Transf a Municípios / ICMS %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
Inversões e Sentenças Judiciais / RLR %	3,94	4,36	2,88	2,40	2,29	2,34						
Resultado Primário/PIB %	-0,02	-0,04	-0,02	-0,01	-0,02	-0,01						
Serviço da Dívida Total (Bruto)/PIB %	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01						
Serviço da Dívida Total - Operações de Crédito/PIB %	0,00	-0,00	-0,00	0,00	-0,02	-0,01						
Serviço da Div. Total - Op. Crédito + Alienação /PIB %	0,00	-0,00	-0,00	0,00	-0,02	-0,01						

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2013 A 2015: REALIZADO
2016 A 2018: PROJETADO
R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 RECEITA	15.315,8	16.949,5	17.635,4	18.678,4	21.613,1	23.041,7
2 RECEITA CORRENTE	14.665,5	15.971,9	16.890,9	18.014,0	19.782,0	21.029,6
3 RECEITA TRIBUTÁRIA	9.278,7	10.054,0	10.292,5	11.482,2	12.611,1	13.504,6
4 IMPOSTOS	9.109,1	9.882,7	10.098,8	11.270,3	12.387,1	13.267,6
5 IPVA	598,9	696,6	782,0	898,7	924,5	973,3
6 ICMS	6.263,4	6.853,2	6.821,3	7.396,5	8.166,9	8.763,7
7 ITCD	153,1	89,1	133,4	99,9	107,5	116,5
8 IPTU	525,3	550,4	596,1	702,5	807,2	889,7
9 ISS	1.238,7	1.375,4	1.459,9	1.851,8	2.005,2	2.123,3
10 Outros Impostos	329,7	318,1	306,0	320,7	375,9	401,1
11 TAXAS	169,6	171,3	193,7	211,9	223,9	237,0
12 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	87,5	88,2	233,0	213,8	218,8	240,7
14 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1,2	(0,3)	(0,0)	1,0	1,0	1,1
15 Contribuição dos Segurados e Compensação do INSS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16 Outras Contribuições Sociais	1,2	(0,3)	(0,0)	1,0	1,0	1,1
17 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	86,2	88,5	233,0	212,8	217,8	239,6
18 RECEITA PATRIMONIAL	274,4	318,7	330,9	224,3	246,8	271,4
19 Receitas Financeiras	183,4	231,4	175,1	172,8	190,1	209,1
20 Outras Receitas Patrimoniais	90,9	87,3	155,8	51,5	56,7	62,4
21 OUTRAS RECEITAS	417,2	417,6	401,1	459,7	482,7	506,9
22 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.771,5	4.364,6	4.653,4	4.795,3	5.209,9	5.441,1
23 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	3.672,3	4.232,6	4.596,3	4.736,9	5.135,7	5.359,5
24 Transferências da União	3.672,3	4.232,6	4.596,3	4.736,9	5.135,7	5.359,5
25 Participação na Receita da União	2.632,5	3.123,9	3.404,8	3.530,2	3.889,2	4.068,5
26 Cota Parte do FPE	459,9	501,1	527,2	558,5	589,9	606,8
27 IRRF	2.165,1	2.612,0	2.863,0	2.945,9	3.276,6	3.440,5
28 Cota Parte do ITR	1,0	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2
29 Cota Parte do IPI	5,7	8,0	7,3	7,1	9,5	7,0
30 Cota Parte da Intervenção no Domínio Econômico	0,8	1,6	6,3	17,6	12,0	13,0
31 Cota Parte sobre Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32 Outras Transferências da União	1.039,8	1.108,7	1.191,5	1.206,7	1.246,5	1.290,9
33 Transferência Financeira LC 87/96	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8	15,8
34 Compensação Financ pela Exploração de Recursos Naturais	3,5	7,8	3,5	3,0	3,2	3,4
35 d/q Cota Parte Royalties e FEP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
36 Transferências do FNDE	260,1	302,5	370,7	376,7	395,6	415,4
37 Transferências do FNAS	18,0	12,0	10,2	5,9	6,2	6,6
38 Complementação da União ao FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
39 Ganho líquido do FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 Transferências de Recursos do SUS – Fundo a Fundo	620,5	630,2	638,5	647,6	656,9	666,3
41 Transferencia Constitucional ao DF	0,0	0,0	6.103,4	0,0	0,0	0,0
42 Outras	121,9	140,4	(5.950,5)	157,6	168,8	183,6
43 Outras Transferências Intergovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
44 TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS	86,4	107,6	42,0	36,8	50,5	55,5
45 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	12,8	24,4	15,1	21,6	23,8	26,1
46 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	836,3	728,9	980,1	838,7	1.012,6	1.065,0
47 MULTAS E JUROS DE MORA	340,4	322,4	308,9	368,2	376,5	395,3
48 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44,8	23,4	25,7	30,7	33,8	37,2
49 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	357,9	296,1	399,1	310,3	325,8	342,1
50 RECEITAS DIVERSAS	93,2	87,1	246,4	129,4	276,6	290,4
51 RECEITA DE CAPITAL	650,3	977,6	744,5	664,3	1.831,1	2.012,1
52 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	190,5	487,9	580,7	398,8	1.660,9	1.829,1
53 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	181,2	461,1	558,0	323,7	1.444,9	1.516,0
54 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	9,2	26,8	22,8	75,1	216,0	313,1
55 ALIENAÇÃO DE BENS	9,0	7,3	0,6	11,8	2,2	2,5
56 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	107,1	88,7	51,2	132,0	82,3	90,6
57 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	343,7	393,6	58,3	81,6	85,7	89,9
58 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
59 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	343,7	393,6	58,3	81,6	85,7	89,9
60 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
61 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,0	0,0	53,7	40,2	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL
2013 A 2015: REALIZADO
2016 A 2018: PROJETADO
R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
118 RLR	13.107,2	14.289,7	15.213,3	16.296,5	17.837,4	18.979,7
119 Desp_SAN_SIST_FIN_BANCOS_excluída_da_Desp_Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
120 SAN_DO_SIST_FINANC_BANCOS_Operação_de_Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
121 CAPITALIZAÇÃO_DO_FAP	0,0	0,0	(1.201,0)	(493,6)	0,0	0,0
122 FAP_EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
123 PESSOAL_Adm. Indireta	832,4	1.118,4	1.189,7	1.174,8	1.233,6	1.298,2
124 PESSOAL_Poderes	367,2	401,6	449,1	461,5	490,8	516,4
125 PESSOAL_Legislativo	367,2	401,6	449,1	461,5	490,8	516,4
126 PESSOAL_Judiciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
127 Déficit Previdenciário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
128 Transferencia Constitucional aos Municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
129 Transf Volunt p/ atender Desp Capital (ñ lançadas em Convênios) (RLR)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
130 Fundo de Combate a Pobreza - ICMS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
131 Fundo de Combate a Pobreza - Doações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
132 Fundo de Combate a Pobreza - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
133 Recurso da Gestão Plena de Saúde (a ser excluído da RLR)	620,5	630,2	638,5	695,2	738,4	780,5
134 Recurso Receitas acessórias p/ o FUNDEF/FUNDEB (excluir da RLR)	29,5	30,6	34,0	37,0	39,3	41,5

* Valores referentes à descapitalização do fundo previdenciário que, por questões operacionais do SIMEM, precisaram ser registrados com valor negativo na conta de inversões.



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2013 A 2015: REALIZADO

2016 A 2018: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DETALHAMENTO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
62 DESPESA	16.205,2	18.870,1	17.619,1	18.678,4	21.494,5	22.945,9
63 DESPESA CORRENTE	14.000,8	16.607,7	17.961,2	18.069,2	18.914,7	19.993,9
64 PESSOAL E ENCARGOS	8.238,9	9.894,5	11.449,0	10.974,1	11.116,4	11.668,8
65 Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
66 Aplicações Diretas	8.238,9	9.894,5	11.449,0	10.974,1	11.116,4	11.668,8
67 Vencimentos e Vantagens Fixas	6.752,0	8.029,4	7.835,3	7.928,9	8.457,5	8.884,4
68 Poder Executivo	5.552,4	6.509,4	6.196,4	6.292,6	6.733,1	7.069,8
69 Demais Poderes	367,2	401,6	449,1	461,5	490,8	516,4
70 Adm. Indireta	832,4	1.118,4	1.189,7	1.174,8	1.233,6	1.298,2
71 Aposentadorias e Reformas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
72 Pensões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
73 Obrigações Patronais	732,5	1.006,8	2.924,2	2.425,0	2.008,0	2.078,3
74 Sentenças Judiciais	230,4	337,3	357,6	320,5	336,5	368,3
75 Despesas de Exercícios Anteriores	322,5	255,1	12,2	51,1	53,7	60,4
76 Indenizações Restituições Trabalhistas	131,7	201,4	237,4	161,6	169,7	178,2
77 Outras	69,7	64,5	82,2	86,9	91,0	99,3
78 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	160,5	183,1	230,1	194,0	282,8	402,2
79 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
80 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.601,4	6.530,2	6.282,1	6.901,1	7.515,4	7.922,9
81 Transferências à União	2,5	0,0	8,2	17,3	18,2	19,1
82 Transferências a Municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
83 Distribuição de Receitas(Constitucional)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
84 Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
85 Perda Líquida FUNDEF/FUNDEB	0,0	0,0	(0,0)	0,0	0,0	0,0
86 Outras Transferências	228,7	379,8	392,8	492,4	517,0	542,8
87 Aplicações Diretas	5.370,2	6.150,4	5.881,2	6.391,4	6.980,3	7.360,9
88 Material de Consumo	698,5	615,7	559,6	507,1	601,1	631,2
89 Outros Serviços de Terceiros	2.561,1	2.875,7	2.417,7	2.516,7	2.667,3	2.802,3
90 Locação de Mão-de-Obra	724,4	1.205,6	1.075,5	872,8	1.122,4	1.178,6
91 Sentenças Judiciais	9,6	5,6	0,1	0,3	0,2	0,2
92 Despesas de Exercícios Anteriores	116,3	177,8	42,4	231,7	213,2	253,9
93 Outras	1.260,2	1.270,0	1.785,9	2.262,8	2.376,0	2.494,8
94 DESPESAS DE CAPITAL	2.204,4	2.262,3	(342,0)	609,2	2.579,9	2.952,0
95 INVESTIMENTOS	1.762,7	1.794,6	539,3	777,6	2.215,9	2.432,8
96 Transf. à União	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
97 Transf. a Estados e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
98 Transf. a Municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
99 Contribuições(Constitucionais)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
100 Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
101 Outras transferências	2,4	1,8	2,9	14,9	2,4	2,6
102 Aplicações Diretas	1.760,3	1.792,7	536,3	762,8	2.213,5	2.430,2
103 Obras e Instalações	1.513,1	1.290,1	409,4	636,8	2.080,0	2.289,0
104 Equipamentos e Material Permanente	224,5	227,5	100,5	86,7	92,2	97,9
105 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
106 Outras	22,7	275,2	26,4	39,3	41,2	43,3
107 INVERSÕES	276,0	280,2	(1.120,1)	(423,5)	71,5	75,1
108 Transferências	0,0	10,0	(1.201,0)*	0,0	0,0	0,0
109 Aplicações Diretas	276,0	270,2	81,0	(423,5)	71,5	75,1
110 Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
111 Aquisição de Imóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
112 Aquisição de Títulos de Crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
113 Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	40,0	18,7	73,7	59,0	59,8	62,8
114 Concessão de Empréstimos e Financiamentos	236,0	251,5	7,3	11,1	11,7	12,2
115 Outras	0,0	0,0	0,0	(493,6)*	0,0	0,0
116 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	165,7	187,5	238,8	255,0	292,5	444,1
117 d/q Sentenças Judiciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA REAL (LEI Nº 9496/97)

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2013 A 2015: REALIZADO

2016 A 2018: PROJETADO

R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RECEITA REALIZADA	15.316	16.949	17.635	18.678	21.613	23.042
(-) ART. 5º DA LEI 10.195/01	806	880	884	956	1.050	1.122
RECEITA REALIZADA LÍQUIDA	14.510	16.070	16.752	17.722	20.563	21.920
(-) RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	190	488	581	399	1.661	1.829
(-) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	9	7	1	12	2	2
(-) RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS OU DE DOAÇÕES COM O FIM ESPECÍFICO DE ATENDER DESPESAS DE CAPITAL	344	394	58	82	86	90
(-) DESPESAS COM TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS POR PARTICIPAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0	0	0	0	0	0
(-) GESTÃO PLENA DE SAÚDE	621	630	638	695	738	780
(+) Ajustes_1	-239	-261	-260	-238	-238	-238
(+) Ajustes_2	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_3	0	0	0	0	0	0
(+) Ajustes_4	0	0	0	0	0	0
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS CORRENTES)	13.107	14.290	15.213	16.296	17.837	18.980
RECEITA LÍQUIDA REAL (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2015*)			15.990	15.603	16.078	16.186

PARA CADA EXERCÍCIO, A RECEITA LÍQUIDA REAL REFERE-SE AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

*DEFLACIONAMENTO PELO IGP-DI

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

ESTADO: DISTRITO FEDERAL

2015 : REALIZADO

2016 A 2018: PROJEÇÕES

R\$ 1,00 DE DEZEMBRO DE 2015

	2015	2016	2017	2018
1 DÍVIDA FUNDADA TOTAL (1.1 + 1.2)	4.230.797.780	4.088.777.355	5.343.312.371	6.524.818.549
1.1 ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA (1.1.1 + 1.1.2)	4.175.898.692	4.055.761.275	5.320.702.586	6.505.706.886
1.1.1 CONTRATUAL	4.175.898.692	4.055.761.275	5.320.702.586	6.505.706.886
Interna	3.149.664.586	3.040.053.318	4.195.727.710	5.200.881.729
DÍVIDAS COM A UNIÃO	3.149.664.586	3.040.053.318	4.195.727.710	5.200.881.729
BIB	0	0	0	0
BEA	0	0	0	0
Clube de Paris	0	0	0	0
DMLP	0	0	0	0
Lei nº 7976/89	0	0	0	0
Parcelamento FGTS até 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento FGTS após 31.03.1996	0	0	0	0
Parcelamento INSS até 01.12.1992	0	0	0	0
Parcelamento INSS após 01.12.1992	0	0	0	0
Lei nº 8727/93	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO IGPM	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TJLP	0	0	0	0
Lei 8.727/93 GOVERNO TR	0	0	0	0
Lei 8.727/93 Outros	0	0	0	0
Lei nº 9496/97	1.280.282.520	974.301.693	987.607.500	974.025.430
Principal	1.280.282.520	974.301.693	987.607.500	974.025.430
PROES Extralimite	0	0	0	0
Conta Gráfica Estoque	0	0	0	0
PROES Intralimite	0	0	0	0
Precatórios	0	0	0	0
CEF	899.430.272	1.015.386.429	1.800.260.260	2.326.533.299
Parcelamento PIS/PASEP	0	0	0	0
Banco do Brasil	553.727.416	627.618.093	826.785.326	1.066.006.227
BNDES	363.486.635	376.491.813	539.781.122	796.464.398
Outros Bancos Federais	0	0	0	0
Demais dívidas com a União	52.737.744	46.255.290	41.293.501	37.852.376
OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0	0	0	0
com Bancos Estaduais	0	0	0	0
com Bancos Privados	0	0	0	0
Demais	0	0	0	0
Externa	1.026.234.106	1.015.707.957	1.124.974.876	1.304.825.157
Sem Aval do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional até 30.09.1991	0	0	0	0
Com Aval do Tesouro Nacional após 30.09.1991	1.026.234.106	1.015.707.957	1.124.974.876	1.304.825.157
1.1.2 MOBILIÁRIA	0	0	0	0
1.2 ADM INDIRETA - CUSTEADA (FONTE TESOURO)	54.899.088	33.016.080	22.609.785	19.111.663
2 SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR (destaque)	0	30.618.000	429.159.560	1.178.377.787
Internas	0	30.618.000	391.283.560	946.219.787
Externas	0	0	37.876.000	232.158.000
3 DÍVIDA FINANCEIRA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar(1- 2)	4.230.797.780	4.058.159.355	4.914.152.811	5.346.440.762
Inclusive Operações de Crédito A Contratar(1)	4.230.797.780	4.088.777.355	5.343.312.371	6.524.818.549
4 RECEITA LÍQUIDA REAL CORRIGIDA	15.990.149.900	15.602.696.411	16.077.891.144	16.186.181.284
5 RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR CORRIGIDA				
Exclusive Operações de Crédito A Contratar	0,26	0,26	0,31	0,33
Inclusive Operações de Crédito A Contratar	0,26	0,26	0,33	0,40

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DISCRIMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Classificação		Contrato	Entidade Financeira	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.2	BRASILIA SUSTENTÁVEL II		BID		37.876	148.382	132.763	31.238	40.221	390.480
1.1.2	PROCONFIN/DF		BID			45.900	203.235	200.000		449.135
1.1.3	PROCIDADES - PROG DESENVOLV ECONÔMICO DF - ADES		BID	24.685	85.555	55.452	22.297			187.989
1.1.3	PRODEFAZ / PROFISCO		BID	5.857	17.275	17.275	17.275	17.276		74.958
1.1.3	PROGRAMA DE TRANSPORTES URBANOS DO DF		BID	41.355	53.979					95.334
1.2.2	AQUISIÇÃO DE 10 TRENS PARA A LINHA 1 DO METRÔ DF		BNDES		66.000	127.600	26.400			220.000
1.2.2	CPAC TAPÓÁ PARQUE		B. BRASIL		9.355	32.742	4.678			46.775
1.2.2	CPAC RIACHO FUNDO II - 3ª ETAPA		CAIXA		3.010	15.046				18.056
1.2.2	CPAC SÃO SEBASTIÃO - CRUXA		CAIXA			8.219	22.774	21.519		52.512
1.2.2	CPAC SÃO SEBASTIÃO - NACIONAL		CAIXA			6.862	30.078	8.997		45.937
1.2.2	ESTAÇÕES 104,106 E 110 SUL DO METRÔ		BNDES		54.750	20.250				75.000
1.2.2	INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL		B. BRASIL		200.000	300.000	100.000			600.000
1.2.2	MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF		BNDES		4.000		3.200			7.200
1.2.2	OBRAS MELHORIAS SIST VIÁRIO EQUIP URB - EIXO NORTE		BNDES		20.000	106.000	110.100	86.000		322.100
1.2.2	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS VIAS URBANAS - POR DO SOL		CAIXA		10.000	20.000	20.000			50.000
1.2.2	PNAFM 2ª FASE		CAIXA	30.618						30.618
1.2.3	AMPLIAÇÃO DA DF047 E OBRA DE ARTE ESPECIAL		CAIXA	7.584	42.973					50.557
1.2.3	CPAC RIACHO FUNDO II - 5ª ETAPA		B. BRASIL	26.463						26.463
1.2.3	IMPLANT DO SIST DE ABAST DE ÁGUA DE ÁGUAS LINDAS		CAIXA	13.045	9.165	9.275				31.785
1.2.3	IMPLANT DO SIST DE ABAST DE ESGOTAM ÁGUAS LINDAS		CAIXA	9.207	5.503	6.265	10.418			31.393
1.2.3	IMPLANTAÇÃO DE SIST PROD DE ÁGUA DO CORUMBÁ SUL 1		CAIXA	3.654	31.240	27.238				62.132
1.2.3	IMPLANTAÇÃO DE SIST PROD DE ÁGUA DO CORUMBÁ SUL 2		CAIXA	1.455	5.457					6.912
1.2.3	INFRA-ESTRUT E SANEAMENTO BASICO - PRO MORADIA		CAIXA	1.000	15.000	4.434				20.434
1.2.3	MOBILIDADE INTEGRADA - ASFALTO NOVO - CALÇADAS - CICLOVIAS		B. BRASIL	49.975						49.975
1.2.3	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - ARNIQUEIRAS 1ª ETAPA		CAIXA	2.000	30.000	15.622				47.622
1.2.3	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - BURITIS		CAIXA	11.000	8.381					19.381
1.2.3	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - PORTO RICO		CAIXA	10.000	25.035					35.035
1.2.3	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS - VICENTE PIRES		CAIXA	25.999	198.981	172.981				397.961
1.2.3	PEF II (METRÔ E TERMINAIS DE ÔNIBUS)		BNDES	13.000	7.295					20.295
1.2.3	PRO-MORADIA II - ARAPOANGA		CAIXA	1.000	22.377					23.377
1.2.3	PRO-MORADIA II - MESTRE D'ARMAS		CAIXA	500	11.000	6.531				18.031
1.2.3	PRO-MORADIA II - SOL NASCENTE		CAIXA	21.964	109.301	69.450				200.715
1.2.3	PROG FINANÇ CONTRAP DO PAC - CPAC - PARANÓIA PARQUE		CAIXA	6.153						6.153
1.2.3	PROINVEST - EIXO NORTE		BNDES	40.000	60.272	45.923				146.196
1.2.3	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO OESTE		CAIXA	5.000	269.648	241.472				516.120
1.2.3	SISTEMA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - EIXO SUL		CAIXA	30.330	87.604	52.670				170.604
Total				381.844	1.497.033	1.559.899	703.218	365.031	40.221	4.547.234

As parcelas de desembolsos/parcelas das operações de crédito não estimativas para fins de composição de meta 1 (relação dívida financeira / receita líquida cora). Conforme Termo de Rescisamento e Termo, para fins da anulação do cumprimento de meta 1, substituem-se os valores propostos pelos realizados. Assim, as referidas estimativas de desembolsos/parcelas não por agência não servem para a utilização para a projeção de meta 1, não gerando relação com a projeção do limite de que trata o inciso I do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 432/01.

Classificação (3 dígitos) T O S

T - Totalidade

1 - Tesouro Estadual

2 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual

3 - Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas empresas

O - Origem do Crédito

1 - Externa

2 - Interna

S - Situação

2 - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no 6.º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 3º da Resolução nº 2827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.531/16, ambas do CMN.

3 - Em execução.

4 - A contratar, não enquadrada nas regras de exceção acima referidas.

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
MONTANTES TOTAIS

Estado: DF
Em R\$ Mil de 31/12/2015

CLASSIFI- CAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	TOTAL
	TOTAL	381.844	1.497.033	1.559.889	703.218	365.031	40.221	4.547.234
1.X.X	Tesouro Estadual	381.844	1.497.033	1.559.889	703.218	365.031	40.221	4.547.234
2.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelo Tesouro Estadual							
3.X.X	Outras Entidades do Estado, sendo o serviço da dívida suportado pelas mesmas							
X.1.X	Externas	71.897	194.684	267.009	375.570	248.514	40.221	1.197.895
X.2.X	Internas	309.947	1.302.348	1.292.880	327.648	116.516		3.349.339
X.X.0	A contratar, enquadrada na regra de exceção prevista no § 7º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01.							
X.X.1	Operações de Crédito, A Contratar, enquadrada na excepcionalidade prevista no § 8º do art 7º da resolução SF nº 43/01							
X.X.2	A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.168/12, ambas do CMN.	30.618	400.991	835.001	653.228	347.754	40.221	2.307.813
X.X.3	Operações de Crédito em Execução	351.226	1.096.042	724.888	49.990	17.276		2.239.421
X.X.4	A Contratar, não enquadrada nas exceções previstas no § 8º do art. 7º da Resolução SF nº 43/01 e no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01 com redação dada pela Resolução nº 4.168/12 ambas do CMN.							
1.1.2	Tesouro Estadual, Externas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.168/12, ambas do CMN.		37.876	194.282	335.998	231.238	40.221	839.615
1.1.3	Tesouro Estadual, Externas, Operações de Crédito em Execução	71.897	156.808	72.727	39.572	17.276		358.280
1.2.2	Tesouro Estadual, Internas, - A contratar, não enquadrada na regra de exceção prevista no § 8º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/01 e enquadrada na regra de exceção prevista no inciso VII do § 1º do art. 9º da Resolução nº 2.827/01, com redação dada pela Resolução nº 4.168/12, ambas do CMN.	30.618	363.115	640.719	317.230	116.516		1.468.198
1.2.3	Tesouro Estadual, Internas, Operações de Crédito em Execução	279.329	939.233	652.161	10.418			1.881.141



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ESTIMATIVA DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

Estado:DF
Em R\$ 1,00 de 31/12/2015

CLASSIFICAÇÃO	CONTRATO	INSTIT. FINANC.	TOTAL DE LIBERAÇÕES	JUROS		DATA JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	PRAZOS (MESES)		PERIODICIDADE
				TAXA	PERIODICIDADE			CARÊNCIA	AMORTIZAÇÃO	
1.2.2.	AQUISIÇÃO DE 10 TRENS PARA A LINHA 1 DO METRÔ DF	BNDÉS	220.000.000	TJLP_aa + 2,5 a.a	trimestral	01/08/2017	n.a	24	220	244
1.1.2.	BRASILIA SUSTENTÁVEL II	BID	390.480.000	LIBOR 3m_aa + 1,24 a.a	mensal	01/08/2019	Dólar	60	228	288
1.2.2.	CPAC ITAPOÁ PARQUE	B. BRASIL	46.775.000	TJLP_aa + 2,1 a.a	trimestral	01/01/2017	n.a	24	83	107
1.2.2.	CPAC RIACHO FUNDO II - 3ª ETAPA	CAIXA	18.056.000	TJLP_aa + 3,4 a.a	trimestral	01/01/2017	n.a	24	90	114
1.2.2.	CPAC SÃO SEBASTIÃO - CRIVÁ	CAIXA	52.512.069	TJLP_aa + 3,4 a.a	trimestral	01/01/2018	n.a	24	87	111
1.2.2.	CPAC SÃO SEBASTIÃO - NACIONAL	CAIXA	45.937.000	TJLP_aa + 3,4 a.a	trimestral	01/01/2020	n.a	24	88	112
1.2.2.	ESTAÇÕES 104,106 E 110 SUL DO METRÔ	BNDÉS	75.000.000	TJLP_aa + 2,5 a.a	trimestral	01/08/2017	n.a	24	220	244
1.2.2.	INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL	B. BRASIL	600.000.000	CDI_am + 120 a.a	mensal	01/06/2017	n.a	12	72	84
1.2.2.	MODERNIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	BNDÉS	7.200.000	TJLP_aa + 2 a.a	trimestral	01/12/2018	n.a	25	60	85
1.2.2.	OBRAS MELHORIAS SIST VIÁRIO EQUIP URB - EIXO NORTE	BNDÉS	322.100.000	TJLP_aa + 2,5 a.a	trimestral	01/03/2021	n.a	24	221	245
1.2.2.	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS VIAS URBANAS - POR	CAIXA	50.000.000	6 a.a	mensal	01/08/2019	TR_am	24	217	241
1.2.2.	PNAFM 2ª FASE	CAIXA	30.618.000	LIBOR 3m_aa + 1,24 a.a	semestral	01/12/2016	Dólar	0	150	150
1.1.2.	PROCONFIN/DF	BID	449.135.000	LIBOR 3m_aa + 1,24 a.s	semestral	01/02/2018	Dólar	60	228	288

